

PS, PSD, CDS, PAN, PR, UGT e patrões unidos no ataque aos direitos dos trabalhadores



A proposta do governo PS de alteração à legislação laboral acordada com os patrões e UGT na Concertação Social, com o apoio do PSD, do CDS e do PAN e a bênção do Presidente da República, é reveladora das opções do PS e do seu comprometimento com a política de direita. Uma proposta que, além de não eliminar as normas gravosas existentes na legislação laboral, vem agravá-la oferecendo 150 horas de trabalho não pago aos patrões, através do reciclado banco de horas grupal, aumentando a precariedade, com a passagem do período experimental de três para seis meses, alargando os contratos

de muita curta duração de 15 para 35 dias, a todos os sectores, e introduzindo uma taxa de rotatividade, que mais não é que a legitimação generalizada da precariedade. O governo PS insiste, também, em manter a caducidade da contratação colectiva e recusa a reintrodução do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador.

O PCP opõe-se à posição do Governo PS contra os direitos dos trabalhadores e ao serviço do agravamento da exploração. Para o PCP é indispensável eliminar as normas da caducidade das convenções colectivas, reintroduzir o princípio do tratamento mais favorável aos trabalhadores, eliminar as normas que facilitam a desregulação dos horários e assegurar que a um posto de trabalho permanente corresponde um contrato de trabalho efectivo. São os trabalhadores que produzem a riqueza, logo a riqueza tem de ser distribuída de forma mais justa. Para o PCP, o caminho continua a ser o da valorização do trabalho e dos trabalhadores. Pelo aumento geral dos salários, pela regulação dos horários de trabalho, pela redução para as 35h semanais para todos os trabalhadores sem perda de direitos e pelo direito à reforma sem penalizações aos 40 anos de descontos.

Queremos reafirmar que o PCP prosseguirá a sua intervenção firme, coerente e determinada para a valorização do trabalho e dos trabalhadores e queremos reafirmar a confiança que a unidade, organização e luta dos trabalhadores, decisiva para a defesa dos seus direitos, acabará por impor a eliminação das normas gravosas da legislação laboral.

Administração Pública - PCP luta pelos suplementos de risco, penosidade e insalubridade

As condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade foram definidos num diploma de 1998, passando a consagrar as figuras de compensações, suplementos e demais regalias a atribuir em função de algumas particularidades específicas do trabalho prestado no âmbito da Administração Pública e Administração Local. Passados 20 anos, estas compensações ainda não são garantidas aos trabalhadores. Foram completamente desprezados os prazos de regulamentação previstos no diploma, sendo que as compensações devidas aos trabalhadores nunca foram definidas e muito menos pagas.

O PCP apresentou, no passado dia 10 de Abril, um projecto de lei na Assembleia da República para a atribuição de compensações, e dos montantes dos acréscimos em suplementos, na prestação de trabalho em condições de risco penosidade e insalubridade, como já havia feito em 2017, na altura chumba-

do por PS e PSD, com a abstenção do CDS. A proposta irá agora ser debatida e votada na Assembleia da República.



CONVÍVIO • MÚSICA • COMES & BEBES
CENTRO DE TRABALHO DE ALCABIDECHE
R. MARQUÊS DE ANGEJA, 6

2º **arraial**
DOS TRABALHADORES
NO C.T. DE ALCABIDECHE
SEGUNDA-FEIRA
10 Junho

Luta e resiste com o PCP!
Denuncia os problemas do teu local de trabalho!
Adere ao PCP!

Contactos: e-mail: pcp.cascais@gmail.com
Telefone: 21.486.69.91



UNIDADE

BOLETIM DO SECTOR DE EMPRESAS DO PCP NO CONCELHO DE CASCAIS

Os Valores
de Abril

no Futuro
de Portugal

25 abril
45 anos **PCP**



O ano de 2019 traz consigo uma grande oportunidade para os portugueses afirmarem a sua determinação na eliminação da política de direita. **Pág. 2**

Grandes Superfícies

Os direitos e os salários dos trabalhadores contrastam com os lucros dos grandes grupos económicos. **Pág. 3**

Hospital de Cascais

As sete ideias chave do projecto de lei de bases da saúde apresentado pelo PCP. **Pág. 3**

Legislação Laboral

PS, PSD, CDS, PAN, PR, UGT e patrões unidos contra os direitos dos trabalhadores. **pág.4**



Um balanço determinante para o futuro

No momento em que nos aproximamos do fim de mais um ciclo legislativo, é necessário realizar uma profunda reflexão sobre o mandato iniciado graças à acção determinante do PCP para o afastamento do governo PSD/CDS que havia efectuado um dos maiores assaltos aos direitos e rendimentos dos portugueses. Um mandato marcado pela defesa, recuperação e conquista de direitos e rendimentos, ainda que fortemente limitado pelas opções do governo minoritário do PS, que nas questões estruturantes continua agarrado à política de direita e a ser um aliado natural do PSD e do CDS. Conquistas essas que teriam sido impossíveis num governo maioritário do PS, como demonstra a história dos mais de 40 anos de políticas de direita levadas a cabo por PS e PSD, com ou sem o CDS.

Entre as várias conquistas, a intensa e determinante acção do PCP e a luta reivindicativa dos trabalhadores e das populações tornou possível, ainda que de forma limitada, o aumento dos salários, das reformas e pensões, a recuperação dos 4 feriados roubados, a descida das taxas moderadoras, a redução do IVA na restauração, o fim do PEC para as pequenas e médias empresas, os manuais escolares gratuitos até ao 12º ano, o aumento do abono de família e a maior revolução dos transportes, desde 1976, com a implementação do passe intermodal a custos reduzidos, para toda a área metropolitana e para todos os operadores.

A ofensiva contra o PCP

Na noite das eleições legislativas de 2015, enquanto uns cantavam vitória e outros felicitavam os "vencedores", o PCP disse que, perante os resultados, o PS só não formava Governo se não quisesse. Foi assim que, com o contributo indispensável do PCP, se deu início ao processo que acabava com os 4 dolorosos anos de governação PSD/CDS. Depois disso, o papel determinante do PCP permitiu repor e conquistar direitos e rendimentos, ainda que limitados pelas opções do governo minoritário do PS e do seu comprometimento com a política de direita. Avanços que não constavam no programa de governo do PS e que foram impostos pelo PCP e pela luta dos trabalhadores e das populações.

O capital nunca perdoará ao PCP o travão ao roubo de direitos e

O papel determinante do PCP nestes avanços não é perdoado pela direita e pelos seus patrões do grande capital que viram os comunistas travar o assalto de direitos e rendimentos dos trabalhadores. Os ataques têm-se feito sentir, desde então, e acentuaram-se neste ano de importantes actos eleitorais com a propagação de mentiras e injúrias contra o PCP.

Perante esta conjuntura, e num ano em que se celebram os 45 anos da Revolução de Abril, é imperioso afirmar os valores de Abril e estar presente nessa grandiosa celebração da força popular. É necessário demonstrar, como no período revolucionário, que o povo é quem mais ordena e que os trabalhadores estão prontos para sair à rua para demonstrar os seus anseios e reivindicar os seus direitos num gigantesco 1º de Maio.

Mas 2019 é, também, um ano de importantes actos eleitorais que irão determinar a correlação de forças no Parlamento Europeu e na Assembleia da República. O reforço da CDU nestas eleições é essencial para os trabalhadores e restante população, na luta pela concretização de uma política patriótica e de esquerda e na construção de uma democracia avançada que coloque os valores de Abril no futuro de Portugal.

rendimentos que PSD e CDS levou a cabo numa única legislatura e se preparava para aprofundar numa segunda. Como tal, não é com espanto, que assistimos a uma das maiores ofensivas contra o PCP. Afinal, o PCP havia estrado a "festa" ao grande capital.

A Comunicação Social, propriedade do capital, tudo tem feito para denegrir a imagem do PCP, quer seja pelo silenciamento das propostas e iniciativas do Partido, quer, mais recentemente, pela calúnia, mentira e manipulação. A maioria destas "notícias" são tão estapafúrdias que acabam por ser demonstrativas do quão baixo pode descer o capital para denegrir a imagem de quem sempre trabalhou em prol do povo português.

2019 - um ano decisivo

O ano de 2019 traz consigo uma grande oportunidade para os portugueses afirmarem a sua determinação na eliminação da política de direita. Uma política ao serviço do grande capital que, ao longo de mais de quatro décadas de governação PS, PSD e CDS, foi usada para intensificar a exploração, retirando direitos e rendimentos aos trabalhadores e ao povo.

O papel determinante do PCP e da luta dos trabalhadores e das populações no combate à política de direita, que permitiu, entre outras coisas, afastar o governo PSD/CDS de Passos Coelho e Paulo Portas e garantir importantes conquistas junto do governo minoritário do PS, são reveladores do caminho a traçar, neste ano de 2019, para correr com a política de direita da vida dos portugueses e direccionar o País no caminho de uma política patriótica e de esquerda ao serviço dos trabalhadores e do povo.

A luta de massas, como factor essencial de transformação social, surge assim como uma prioridade para este ano de 2019 onde as comemorações dos 45 anos da Revolução de Abril e as manifestações do 1º de Maio, dia do trabalhador, irão ser importantes momentos de acção reivindicativa e de demonstração de força de classe.

As eleições para o Parlamento Europeu, no próximo dia 26 de Maio, e para a Assembleia da República, a 6 de Outubro, são outras das armas de combate à política de direita, que neste ano de 2019, estarão à disposição dos portugueses na defesa e afirmação da alternativa patriótica e de esquerda que o País precisa e que só o PCP e a CDU estão em condições de construir.



Grandes Superfícies – Lucros e direitos



Os resultados dos poderosos grupos económicos presentes na maior superfície comercial de Cascais, o Cascaishopping, vão sendo conhecidos e, surpresa das surpresas, os milhões de euros de lucro

continuam a encher os bolsos dos accionistas, enquanto os trabalhadores vêem os aumentos salariais recusados e as condições de trabalho a piorar.

A começar pela SONAE, com participação no CONTINENTE, WORTEN, Well's, Salsa, NOS, MO, entre outras, que teve o crescimento anual mais elevado dos últimos dez anos, aumentando o resultado líquido em 33,7%, para os 222 milhões de euros.

O grupo Inditex, com participação na ZARA, PULL & BEAR, Bershka, Massimo Dutti, Stradivarius, OYSHO, ZARA HOME, UTERQUE, etc, viu as suas vendas aumentarem e alcançou lucros de 3.444 milhões de euros. A Ibersol, com as marcas Burger King, KFC, PAN's, Pasta Caffè, Pizza Hut, etc., fechou o ano de 2018 com 25,1 milhões de euros de lucro, sem ter ainda a Telepizza incluída neste balanço.

O grupo FNAC fechou o ano de 2018 com 296 milhões de euros de lucro, representando um aumento de 10% face a 2017. A estes grupos poderemos juntar outros grupos, outras lojas e outras marcas, todos com um único interesse e uma única política. O interesse no lucro e uma política de exploração.

Mas ainda há quem acredite que não há luta de classes!

Por uma gestão pública no Hospital de Cascais

A problemática da entrega da gestão dos hospitais públicos a privados foi sentida, desde a primeira hora, pelos trabalhadores do Hospital de Cascais. Numa altura em que está em discussão a nova lei de bases da saúde, o PCP lembra o projecto de lei de bases da saúde que apresentou na Assembleia da República, no qual encontramos sete ideias chave: **1 – Fim da promiscuidade entre o público e o privado** - Atribuir ao Estado o papel de financiador, de prestador e regulador e não um Estado que se demite por via da transferência de atribuições, competências e recursos para terceiros, designadamente para os grandes grupos privados. **2 – Autonomia administrativa e financeira** - Existência do SNS universal, geral e gratuito, com gestão pública, descentralizada e participada, sendo para tal concedida autonomia administrativa e financeira às entidades e estabelecimento que o compõem. **3 – Gestão democrática** - Modelo de gestão assente na eleição pelos pares do director clínico, de enfermagem e dos representantes dos outros profissionais de saúde. Elimina o modelo de nomeação para os órgãos de gestão e direcção dos estabelecimentos e serviços do SNS. **4 – Gestão Pública** - Extinção das unidades de saúde que funcionam em regime de Parcerias Público Privadas e de Entidades Públicas Empresariais. **5 – Acesso gratuito** - SNS universal, geral e gratuito. Fim das taxas moderadoras. **6 – Respeito pelos direitos dos trabalhadores** - Existência de condições de trabalho dignas, integração de todos os

profissionais nas carreiras e remunerações adequadas de forma a incentivar e valorizar o regime de trabalho a tempo completo e a dedicação exclusiva ao SNS. **7 – Direito à saúde: vitória da luta, defendido pelo povo** - A saúde é produto de uma relação dialéctica entre os indivíduos e as suas circunstâncias materiais, nomeadamente as condições económicas, sociais e ambientais em que evolui.



Manifestação do Dia Internacional da Mulher

O Dia Internacional da Mulher, proclamado em 1910, assinala a luta das mulheres pela sua emancipação social que o movimento operário e revolucionário inscreveu nos seus objectivos pela igualdade entre mulheres e homens na lei e na vida.

Este ano, realizou-se, no dia 9 de Março, uma grande manifestação de mulheres, promovida pelo MDM – Movimento Democrático de Mulheres. Muitos milhares de mulheres, vindas de todo o país, com a sua alegria e determinação, manifestaram-se em Lisboa para comemorar o Dia Internacional da Mulher pela igualdade na vida contra a discriminação e violência que ferem a dignidade da mulher. Esta manifestação constituiu uma grande acção de massas que deu significado político às comemorações do Dia Internacional da Mulher.